

A alegria do amor no esplendor da verdade: gradualidade pastoral e não gradualidade na Lei

*The Joy of Love in the Splendor of Truth:
Pastoral Graduality and Non-graduality in the Law*

JOSÉ RAFAEL SOLANO DURÁN*

Resumo: Este artigo se propõe a desvendar um aspecto particular da exortação, a saber a Lei da Gradualidade e a sua proximidade com a Encíclica apresentada pelo Papa São João Paulo II em seis de agosto de 1993, *O Esplendor da Verdade* (*Veritatis Splendor*). Há uma relação próxima entre uma e outra no que diz respeito à Lei da Gradualidade. Aprofundando em um dos seus numerais, podemos evitar equívocos e interpretações desnecessárias como algumas que estão impedindo que o texto da *Amoris Laetitia* chegue no meio dos teólogos e do povo como uma exortação verdadeiramente relevante na caminhada da Igreja no âmbito da família.

Palavras-chave: Família. Gradualidade. Pastoral Familiar.

Abstract: This article intends to unveil a particular aspect of the exhortation, namely the Law of Graduality and its proximity to the Encyclical presented by Pope John Paul II on August 6, 1993, *Splendor of Truth* (*Veritatis Splendor*). There is a close relationship between one and the other concerning the Law of Graduality. When we delve into one of its numerals, we can avoid misconceptions and unnecessary interpretations, such as some that prevent the text of *Amoris Laetitia* from reaching theologians and the people as a truly relevant exhortation in the Church's journey within the family.

Keywords: Family. Graduality. Family Pastoral.

¹ Pe. José Rafael Solano Durán é professor na Pontifícia Universidade Católica de Londrina – PR, doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e tem pós-doutorado em Teologia Moral e Familiar pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma. Contato: jose.duran@pucpr.br

Introdução

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* nos foi apresentada como resultado do Sínodo sobre a Família, na XIV Assembleia Geral Ordinária dos Bispos, realizada em Roma (2015). Sabemos que na atualidade a família vive um dos momentos de maior exigência e relevância. O Papa Francisco e os padres sinodais junto à Igreja toda não poderiam silenciar diante desta situação. E, precisamente por esta razão, a exortação é um guia através do qual as Igrejas Particulares e a Igreja como um todo iniciaram um caminho inovador na proposta evangelizadora da família no mundo de hoje.

A exortação Sinodal *Amoris Laetitia* exige cada vez mais da nossa parte uma acurada hermenêutica e progressiva leitura, dando maior importância ao tempo do que ao espaço. Com isto, reafirmamos mais uma vez aquilo que o Papa Francisco pronunciou na homilia no dia em que o sínodo foi encerrado:

Significa que procuramos abrir os horizontes para superar toda hermenêutica conspiradora ou perspectiva fechada, para defender e difundir a liberdade dos filhos de Deus, para transmitir a beleza da Novidade cristã, por vezes coberta pela ferrugem duma linguagem arcaica ou simplesmente incompreensível (PAPA FRANCISCO, 2015).

O sínodo nos trouxe uma nova forma de fazer ecoar no coração e no entendimento o desejo mais vivo de uma Igreja que ouve atenta as necessidades das pessoas humanas e com elas tenta compreender os confusos, animar os entristecidos e fortalecer os vacilantes. “A Igreja não tem medo de abalar as consciências anestesiadas ou sujar as mãos discutindo, animada e francamente, sobre a família” (PAPA FRANCISCO, 2015).

O sínodo da família trouxe para todos nós uma grande esperança ao perceber que a família cristã ocupa um lugar preponderante em todos os ambientes e situações e que, mesmo num mundo cada vez mais carregado de incertezas, o amor entre um homem e uma mulher é o ponto de partida e de continuidade para o fortalecimento da expressão mais genuína: ser família.

Este artigo se propõe desvendar um aspecto particular da exortação, a saber, a Lei da Gradualidade e a sua proximidade com a Encíclica apresentada pelo Papa São João Paulo II em seis de agosto de 1993, *O Esplendor da Verdade (Veritatis Splendor)*.

Há uma relação próxima entre uma e outra no que diz respeito à Lei da Gradualidade. Aprofundando num dos seus numerais podemos evitar equívocos e interpretações desnecessárias como algumas que estão impedindo que o texto da *Amoris Laetitia* chegue no meio dos teólogos e do povo como uma exortação verdadeiramente relevante na caminhada da Igreja no âmbito da família.

1 A questão da família e o contexto da *Amoris Laetitia*

Evangelizar a família é um dos maiores desafios na tarefa do anúncio do Evangelho. Como levar a Palavra até a Igreja dos lares, a Igreja doméstica, a Igreja da cozinha e do fogão, a Igreja dos pequenos apartamentos e das vilas urbanas, dos condomínios e das grades de segurança, dos bairros e das megálópoles?

Para poder chegar até os membros da família – célula vital da sociedade e da Igreja –, se faz necessário um investimento “radical” na pastoral familiar, nos métodos e nos movimentos, mas, de modo especial, na formação dos pastores, do povo e necessariamente na linguagem que a mesma pastoral vem utilizando.

Já o Concílio Vaticano II, na constituição *Gaudium et Spes* (GS), afirmou com profundidade: “O bem-estar da pessoa e da sociedade humana e cristã está intimamente ligado a uma favorável situação da comunidade conjugal e familiar” (GS, n. 47).

A sociedade contemporânea criou gradativamente “instituições” que não correspondem ao *ser da família*. Os verdadeiros valores familiares foram migrando para diversos ambientes, e ela foi se terceirizando de forma tal que muitas realidades que não têm nada de familiar se infiltraram dentro da mesma Igreja e da pastoral familiar.

A família cada vez mais se encontra submetida à soberba dos estados que se dizem democráticos, autônomos e leigos. Aqui está o primeiro problema que enfrentamos na atualidade: qualquer proposta que se faça desde a teologia moral católica soa “tendenciosa” e muitas vezes desumana. Muitos olham com desconfiança a proposta da Teologia moral como um caminho e uma via concreta para alcançar a dignidade da pessoa humana.

Uma vez apresentada ao mundo, diversos grupos se formaram a respeito da exortação *Amoris Laetitia*. Alguns criticando de maneira equívoca – especialmente o capítulo oitavo –, outros realizando considerações que não

mostraram com suficiente clareza a beleza do documento, além de omitirem a grandeza da pedagogia em sua elaboração.

Trata-se de um sínodo do qual podemos dizer que “todos” participamos. Os questionários enviados a todas as dioceses do mundo, as respostas, os grupos envolvidos, os padres sinodais e de modo particular a presença do santo padre Francisco constituem um elemento central para fazer uma hermenêutica adequada. Lembremos que o papa é um amante nato da literatura e que seu estilo teológico está determinado pela formação Jesuítica. Isto é muito importante para poder fazer uma análise clara do texto. Não existem meios termos, muito pelo contrário, existe a sólida exegese do livro do Gênesis, o contexto da teologia paulina, a base da teologia tomista, o contexto espiritual de Santo Inácio de Loyola, juntamente à influência literária e poética de um grande escritor uruguaio, Mario Benedetti. Diga-se de passagem que Benedetti é dos poucos escritores e poetas que escreve sobre a fidelidade conjugal. Tudo na vida de Benedetti fala da sua família, das suas relações com seus pais e irmãos e de modo especial do amor para com a sua mulher. Diz o poeta: “*Te quiero porque te quiero*” (BENEDETTI, 1999, p. 46).

Tudo isto faz da *Amoris Laetitia* muito mais do que um documento, a torna uma bússola, ou, para sermos mais atuais, um GPS de grande ajuda cujo satélite é o olhar fixo em Cristo. A cristologia subjacente na América Latina imprime aquele caráter que o documento da V Conferência do Episcopado Latino Americano, em Aparecida, imprimiu na experiência do discipulado.

Nos ocuparemos neste artigo especificamente da lei Natural e da lei da gradualidade dos elementos essenciais para podermos realizar uma reflexão teológica e um trabalho pastoral no meio das famílias. Não podemos esquecer que desde o início se nos pede dar maior importância ao tempo do que ao espaço. Por isso talvez, depois de quase três anos, tomamos a liberdade de escrever a este respeito.

Quem fez uma leitura rápida e apressada do documento pode ter caído num erro que todos nós conhecemos e às vezes cometemos, pois somos filhos e filhas do século, do imediato. A leitura da exortação exige paciência. Esta é a chave da hermenêutica como ciência. Só assim teremos um olhar misericordioso para cada uma das realidades que a família enfrenta.

Ninguém melhor do que o teólogo moralista suíço Servais Pinckaers, para nos ajudar a compreender com profundidade o valor da Lei da gradualidade e sua aplicabilidade no sentido de acompanhar, discernir e integrar cada casal e cada família no contexto atual.

Quando o então papa João Paulo II, apresentou ao mundo e a Igreja a Encíclica *Veritatis Splendor*, afirmou com clareza:

Nenhum homem pode esquivar-se às perguntas fundamentais: *Que devo fazer? Como discernir o bem do mal?* A resposta somente é possível graças ao esplendor da verdade que brilha no íntimo do espírito humano, como atesta o salmista: “Muitos dizem: ‘Quem nos fará ver o bem?’ Fazei brilhar sobre nós, Senhor, a luz da vossa face” (*Sal* 4, 7) (PAPA JOÃO PAULO II, 2).

Estudar a *Amoris Laetitia* exige de nós, nesse item, adentrarmos no oceano da moral objetiva e particularmente no limiar de uma sociedade que prefere muitas vezes a superficialidade, o consenso ou, aquilo que é pior, uma compreensão errada e sem argumentos sólidos e contundentes.

Uma pequena observação metodológica nos permitimos realizar: a leitura do documento foi feita de maneira especial. Cada um dos nove capítulos juntou-se a um outro para assim criar quatro partes ao todo, permitindo ao leitor fazer uma leitura muito mais compreensiva e dinâmica.

Os dois primeiros capítulos constituem uma primeira parte, que podemos chamar de introdução. Os capítulos três e quatro constituem uma segunda parte que, chamada de *post* introdutória com acenos antropológicos, nos ajuda a compreender a dimensão exegetica e filosófica. O capítulo quinto pode ser chamado de coluna vertebral – uma espécie de eixo epistemológico –, o sexto e o sétimo capítulos possuem um valor etimológico, quer dizer, nos ajudam a compreender o nome da exortação *Amoris Laetitia*. O capítulo oitavo exige de todos nós reflexão e discernimento, tempo e aprofundamento. Não é um capítulo sobre o qual tudo já foi dito. Abriu-se uma janela, uma espécie de “*tabs*”, como se diz na linguagem da informática. Por fim, o nono é uma proposta de caminho espiritual que será afirmado pela bela expressão contida na última exortação do Papa Francisco: *Gaudete et Exultate*.

Devemos ter presente sempre a proposta que o Papa Francisco nos faz quando nos convida a ler a exortação sem pressa, sem preconceitos, sem posturas rígidas ou querendo uma resposta imediata com medidas exatas e iguais para todos.

2 A lei da gradualidade na exortação *Amoris Laetitia*

Os comentários realizados pelo cardeal Ennio Antonelli (2015), presidente emérito do Pontifício Conselho para a Família, foram oportunos e ao

mesmo tempo nos permitiram realizar algumas análises dentro do nosso artigo no que diz respeito à Lei da gradualidade, questionada por muitos após terem lido a exortação. Segundo ele, a capacidade subjetiva de conhecer, apreciar e querer o bem é própria de cada um e é condicionada por muitos fatores internos e externos. Por isso, o Catecismo da Igreja Católica afirma que “a imputabilidade e responsabilidade de um ato podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros fatores psíquicos ou sociais” (n. 1735).

Neste ponto, muitas posturas têm criado controvérsias e conflitos. Se observarmos com atenção o numeral acima citado do Catecismo, teremos três elementos que nos ajudam a compreender que a Lei da gradualidade continua sustentando a aproximação da verdade objetiva no princípio moral:

- I. Fatores internos e externos condicionam a capacidade subjetiva da pessoa.
- II. A responsabilidade moral de um ato, pode ser diminuída e anulada pela ignorância, violência, medo ou afeições desordenadas.
- III. A dimensão psíquica da pessoa assim como a sua incapacidade devido a sua realidade particular.

Tendo clareza sobre este ponto, que é de vital importância, ninguém pode diminuir o grau e exigência da lei simplesmente porque considera que a pessoa não teve condições de realizar uma decisão moral certa. Muito pelo contrário, na experiência da caridade e do encontro com as pessoas se percebe nitidamente quando a pessoa não tem nenhuma intenção de “passar” por cima da lei, negando as suas responsabilidades ou exigindo um certo privilégio em relação à própria lei. A pessoa é ciente da sua responsabilidade e, precisamente por esta razão, não prevê nenhum tipo de “placebo” para que a lei se aplique de acordo com suas circunstâncias.

Na *Familiaris Consortio* (FC), número 24, podemos ler:

O dom não diminui, mas reforça a exigência moral do amor: O Seu mandamento é este: que creiamos no nome de Seu Filho, Jesus Cristo, e nos amemos uns aos outros, como Ele nos mandou” (1 Jo 3, 23). Só se pode ‘permanecer’ no amor, com a condição de observar os mandamentos, como afirma Jesus: ‘Se guardardes os Meus mandamentos, permaneceréis no Meu amor, do mesmo modo que Eu tenho guardado os mandamentos de Meu Pai e permaneço no Seu amor’ (Jo 15, 10).

A exigência do amor não diminui em nada o nosso compromisso como cristãos. O texto é suficientemente claro e *Amoris Laetitia* colocará em termos tão claros como o fez a *Veritatis* para não perder de vista a exigência do mandamento proposto por Jesus.

A *Amoris Laetitia* afirma:

Uma das causas que leva a rupturas matrimoniais é ter expectativas demasiado altas sobre a vida conjugal. Quando se descobre a realidade mais limitada e problemática do que se sonhara, a solução não é pensar imediata e irresponsavelmente na separação, mas assumir o matrimônio como um caminho de amadurecimento (n. 221).

O amadurecimento humano aponta para um caminho na experiência da Lei da gradualidade. Existem no texto algumas reflexões que partem de sua própria estrutura. “Sem uma nova culpa” (AL, n. 301). Por exemplo, abandonar o cônjuge de uma relação não legítima iria trazer uma nova culpa. Quem se encontra nesta situação deve tender ao bem maior. Estes cônjuges estão chamados a não se separarem. O abandono fraciona a vida moral, fere o coração das pessoas. Quando vamos progredindo na Lei percebemos que a nossa vida vai mudando, deixamos o peso inicial e descobrimos a riqueza de uma vida nova. Assim como aconteceu no encontro entre Jesus e a Samaritana. A lei da gradualidade é preciosa para o acompanhamento personalizado das pessoas singulares. Lembremos com atenção que o verbo “acompanhar” ao longo de toda a exortação exige presença e atenção particularizada. Só assim se evitará a gradualidade da lei.

De acordo com o Pe. Pinckaers (2015), a partir de Guilherme de Ockham, desaparece o conceito moral de “Lei Natural” – consequência do abandono do conceito metafísico de “natureza”, associado à criação segundo as Ideias Divinas Eternas, negadas pelo filósofo de Oxford –, e surge uma concepção de “liberdade de indiferença”. O ato humano seria moralmente bom ou mal na medida em que se conformasse ou não à obrigação legal (Lei Positiva) imposta por Deus (que poderia nos mandar odiá-lo, segundo o filósofo nominalista).

Já na *Familiaris Consortio*, percebemos que a consciência moral, formada e reta, sempre se encontra a caminho de um constante crescimento. Neste sentido, a Lei da gradualidade vem redimensionar o agir moral de cada uma das pessoas. Por menor que possa parecer, o passo que damos rumo a Deus é de grande valor diante dos Seus olhos. Tudo isto em direção da lógica da misericórdia (cf. A L, n. 304).

A partir do número 293, a *Amoris Laetitia* faz uma proposta muito particular: *Gradualidade* na pastoral e não na lei. Os padres sinodais afirmam: “É preocupante que muitos jovens não tenham confiança no matrimônio e convivam indefinidamente fora do compromisso conjugal” (AL. n, 293). Já na *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco tinha apresentado a necessidade de fazermos uma experiência de gradualidade na pastoral. Quando vamos ao encontro de alguém devemos evitar todo tipo de filtros, ou num certo sentido somos chamados a perceber a necessidade de chegarmos “desarmados”. Um passo fundamental na conversão pastoral, o primeiro dos passos para uma vida em direção a Deus.

Aqui é válido fazermos uma diferença concreta entre a Lei da Gradualidade e a gradualidade no caminho espiritual dos casais. João Paulo II, em diversas oportunidades, manifestou que uma das exigências básicas no caminho espiritual de todos os casais é o conhecimento da Lei Natural, assim como seu predecessor Paulo VI, já o tinha apresentado na *Humanae Vitae* (HV): “Um amor humano, total, fiel e exclusivo, e fecundo” (n, 9). Posteriormente, na mesma Encíclica *Humanae Vitae*, o afirmará com maior profundidade:

Deus dispôs com sabedoria leis e ritmos naturais de fecundidade, que já por si mesmos distanciam o suceder-se dos nascimentos. Mas, chamando a atenção dos homens para a observância das normas da lei natural, interpretada pela sua doutrina constante, a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida (n. 11).

Sempre se fez necessário fazer uma releitura deste ponto. A Lei Natural envolve a dimensão ontológica, metafísica e corpórea. Estes três elementos constituem o tripé por assim dizer de todo o processo que homens e mulheres devem viver para poder assimilar e conduzir na sua vida moral a beleza da Lei Natural em direção à prática da Lei da Gradualidade.

A norma da Encíclica *Humanae Vitae* está dirigida a todos os seres humanos enquanto norma. Baseando-se na razão humana quando esta procura sempre e em tudo a verdade, assim o afirmou o Papa Paulo VI: “Nós pensamos que os homens do nosso tempo estão particularmente em condições de apreender o caráter profundamente razoável e humano deste princípio fundamental” (HV, n. 12).

Só a partir deste ângulo podemos perceber que a lei da gradualidade é uma ferramenta de incalculável valor para poder entender aquilo que a Igreja sempre manifestou na direção espiritual para todos os seus fiéis. O papa João Paulo II, já o tinha indicado no ano de 1984, quando respondia aos interrogantes que os homens de nosso tempo se fazem sobre a resposta que a *Humanae Vitae* ofereceu sobre o tema da lei natural. O mesmo Papa Francisco tratou sobre o tema na *Amoris Laetitia*. Esses dois sem dúvida alicerçados no documento do Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, que se propôs desde o primeiro momento responder às preocupações e aos anseios que o mundo contemporâneo trouxe consigo.

São interrogações que partem do campo das ciências particulares, interrogações sociológicas sobre a explosão demográfica, a pobreza no mundo, mas também sobre a vida ética e moral. Interrogações não só dos teólogos e cientistas, mas também e especificamente dos casais.

Já na mesma constituição *Gaudium et Spes*, os padres conciliares delinearam um elemento de vital importância que a *Humanae Vitae* tratará de forma exclusiva e particular. Se trata da educação para a castidade. A virtude da castidade como um elemento essencial no desenvolvimento do amadurecimento e do crescimento da pessoa humana. Cada dia que passa e particularmente nos momentos que vivemos, percebemos que uma ação pastoral que perpassa a família como um todo exige um trabalho consciente na dimensão da sexualidade e da afetividade. De fato, a *Amoris Laetitia* deu uma luz e um matiz particular a esta dimensão quando, no capítulo quarto, aborda o mundo das emoções, das paixões e dos afetos.

Desejos, sentimentos, emoções (os clássicos chamavam-lhes “paixões”) ocupam um lugar importante no matrimônio. Geram-se quando o “outro” se torna presente e intervém na minha vida. É próprio de todo o ser vivo tender para outra realidade, e esta tendência reveste-se sempre de sinais afetivos basilares: prazer ou sofrimento, alegria ou tristeza, ternura ou receio. São o pressuposto da atividade psicológica mais elementar. O ser humano é um vivente desta terra, e tudo o que faz e busca está carregado de paixões (AL, n. 143).

Este é um mundo pouco explorado na pastoral familiar e na evangelização da família e na medida em que vamos aprofundando o tema de uma reformulação da gradualidade na pastoral o tema dos sentimentos e dos afetos não pode ser deixado de lado.

3 Lei da gradualidade e misericórdia

A misericórdia, como ato último e supremo gesto com o qual Deus vem a nosso encontro, é o caminho que une Deus e o homem. Às vezes esquecemos de que o Sínodo sobre a família aconteceu no ambiente do *ano da misericórdia*, tempo propício e proposto pelo Papa Francisco para nos aproximar das famílias que sofrem. Num trabalho hermenêutico, os padres sinodais junto ao Papa Francisco estavam envolvidos neste ambiente que sem dúvida influenciou as suas reflexões e decisões.

Todos nós sabemos que uma das realidades mais urgentes no mundo contemporâneo é a prática da misericórdia. Vivemos em um mundo onde tantas e tantas vezes se tem discutido o tema da paz e da concórdia; um mundo onde cada vez o abismo entre as injustiças e as desordens sociais proliferam e exigem por parte de todos nós uma consciência suficientemente clara diante do gesto de sermos misericordiosos.

Quando se fala na Lei da gradualidade, o primeiro dos gestos e das atitudes para que esta lei possa ser compreendida coerente e corretamente é nada mais nem nada menos aquele de sermos misericordiosos como o Pai é misericordioso.

“É próprio de Deus usar de misericórdia e, nisto, se manifesta de modo especial a sua onipotência”. Estas palavras de São Tomás de Aquino mostram como a misericórdia divina não é, de modo algum, um sinal de fraqueza, mas antes a qualidade da onipotência de Deus. É por isso que a liturgia, numa das suas coletas mais antigas, convida a rezar assim: “Senhor, que dais a maior prova do vosso poder quando perdoais e Vos compadeceis” (PAPA FRANCISCO, 2015).

A força e o poder de Deus se deixam traduzir nos seus gestos de benevolência, magnanimidade e ternura. Muitas das pessoas que vêm de um matrimônio sofrido e doloroso só estão precisando de um gesto de misericórdia para poder recomeçar de novo, mesmo sem a intenção de estabelecer novas núpcias. Precisam ser acolhidas sim, integradas também e fazer um bom discernimento, mas muito mais do que isso e bem antes sua situação exige do pastor e da pastoral um gesto concreto de misericórdia. Aqui é onde tem sentido a expressão de “Hospital de campanha” frequentemente utilizada pelo Papa Francisco. As atitudes de misericórdia com que se acolhe um casal ou uma pessoa ferida superam qualquer tipo de legalismo ou rigorismo inicial.

Ou aquilo que poderia ser igualmente contraproducente, um laxismo e subjetivismo com o qual se procurasse exclusivamente acalmar através de um efeito placebo, mas não concreto e paliativo.

A Lei da gradualidade movimenta no coração das pessoas envolvidas a capacidade de compreender um caminho muito mais seguro a ser seguido. O teólogo dominicano Pinckaers assim o traduz na compreensão da encíclica *Veritatis Splendor* quando aborda o tema da lei natural e da liberdade moral:

Na tentativa de minimizar o relativismo radical subjacente ao pensamento nominalista, os moralistas esforçaram-se ao máximo para reforçar a fundação natural indispensável à moral apoiando-a na razão. Todavia não tiveram êxito em superar a oposição entre a natureza e a liberdade... continuaram a afirmar que a lei natural é uma lei interior, mas a consideraram como exterior à liberdade (PINCKAERS, 2015, p. 116-117).

A liberdade moral exige de cada pessoa um encontro vital com Cristo que é quem nos torna livres. Embora mais exigente, a fidelidade muda em doçura aquilo que a precisão jurídica parecia imprimir de rigoroso e austero ao contrato. Assim se expressava o Papa Pio XII, no dia 21 de abril de 1942, quando se dirigia aos esposos:

Na santidade por meio da graça e da misericórdia Divinas, os cônjuges são igual e imediatamente unidos com Cristo. As condições de vida tendem a gerar e introduzir praticamente uma vasta identidade das atividades da mulher com as do homem, de maneira que os esposos, não raramente, encontram-se em uma situação que quase se reduz a igualdade.... Não é necessário possuir largo conhecimento e experiência da história e dos acontecimentos familiares para saber quão frequentes são as quedas lamentáveis que precipitaram e mataram amores puros, bem nascidos e sinceros e mais ainda compreender aquelas debilidades, volúveis como a paixão, que deixa feridas mesmo depois do perdão, e, mesmo depois da reparação, uma pungente cicatriz nos dois corações (Pio XII, 1959, p. 189-192).

Quando se fala em Misericórdia, a Igreja tem sido sempre e cada vez mais eloquente não só no seu magistério como também nos seus conteúdos. A dor que a infidelidade pode produzir num casal, a separação, o divórcio ou mesmo o início do processo de nulidade leva consigo a constatação de que sempre e em todo momento será utilizada a misericórdia como norma básica.

3.1 Lei da Gradualidade: inclinação, determinação e paixão

De diferentes formas, o texto da AL nos aproxima do tema das paixões e das emoções. De fato, não tivemos até hoje um texto magisterial que se referisse de maneira tão específica quanto este ao tema das paixões humanas.

O Concílio Vaticano II, confirma a *Amoris Laetitia*, ensinou-nos que o amor conjugal compreende o bem de toda pessoa e, por conseguinte, pode conferir especial dignidade às manifestações do corpo e do espírito, enobrecendo-as como elementos e sinais peculiares do amor conjugal (cf. AL, n. 142).

O mundo das emoções e das paixões envolve necessariamente o mundo das virtudes morais. Sabemos que para Tomás de Aquino, experimentar uma emoção não é algo bom nem mau; começar a sentir desejo ou repulsa não é algo considerado censurável ou pecaminoso. Sendo assim, o termo inclinação nos leva a perceber concretamente o que queremos afirmar quando se trata da liberdade e sobretudo das escolhas que uma pessoa, e, neste caso, um casal realiza.

Levamos dentro de nós inclinações que parecem nos superar. Inclinação à verdade, à felicidade à auto realização. Todas estas nos ajudam num certo sentido a passar por nossas próprias limitações. À luz destas limitações, devemos também olhar por aquele poliedro do qual falava o Papa Francisco à luz da própria exortação.

Termos como inclinação, determinação e paixão são exigentes em todos os sentidos quando utilizados. As paixões particularmente nos ensinam como nosso mundo afetivo se reveste cada vez mais de tendências e individualidades que se não são bem trabalhadas podem levar o ser humano a se frustrar ou a perder o controle sobre si mesmo. Quantos casais precisam simplesmente de um trabalho sensato e concreto da sua dimensão psicológica, humana e afetiva para retomar o caminho a dois que talvez estivesse perdido por causa deste desconhecimento. “O ser humano é um vivente desta terra, e tudo o que faz e busca está carregado de paixões” (AL, n. 143).

Paixão e liberdade podem manifestar abertamente a profundidade da opção e, neste sentido, a teologia moral tem hoje um grande contributo a oferecer. Não é nada fácil conceber as relações existentes entre as inclinações naturais, pois estamos acostumados a criar uma certa oposição à lei como princípio externo (PINCKAERS, 2013, p. 474).

Esta oposição à Lei Divina Natural é precisamente aquela que de diversas maneiras vem causando sérios entraves na compreensão da Lei da Gradualidade. Em cada um dos capítulos da *Amoris Laetitia* podemos perceber que o Papa e

os padres sinodais procuraram manter um fio condutor entre a lei Natural e a lei Divina, reforçando o que já na *Humanae Vitae*, Paulo VI teria afirmado:

Nesta luz aparecem-nos claramente as notas características do amor conjugal, acerca das quais é de máxima importância ter uma ideia exata... Na missão de transmitir a vida eles não são, portanto, livres para procederem a seu próprio bel-prazer como se pudessem determinar, de maneira absolutamente autônoma, as vias honestas a seguir, mas devem, sim, conformar o seu agir com a intenção criadora de Deus, expressa na própria natureza do matrimônio e dos seus atos e manifestada pelo ensino constante da Igreja (nn., 9 - 10).

É essencial perceber a forma como os padres sinodais expressam no documento a força da teologia Tomista neste quesito. A maturidade progredirá na família na medida em que a vida emotiva dos seus membros se transforma em sensibilidade que não domina nem obscurece as grandes opções e valores, mas segue a sua liberdade. Mais ainda quando brota dela, a embeleza e a torna harmoniosa para o bem de todos (cf. AL, n. 147).

3.2 O realismo paciente

A vida moral não deve ser uma experiência nem traumática, nem pesada. Deus sempre nos abre as portas para iniciarmos constantemente este caminho. Assim referiu-se na sua homilia de encerramento no Jubileu do ano da Misericórdia o Papa Francisco:

Deus, logo que Lhe damos tal possibilidade, lembra-Se de nós. Está pronto a apagar completamente e para sempre o pecado, porque a sua memória não é como a nossa: não registra o mal feito, nem continua a ter em conta as ofensas sofridas. Deus não tem memória do pecado, mas de nós, de cada um de nós, seus filhos amados. E cre que é sempre possível recomeçar, levantar-se (PAPA FRANCISCO, 2016).

Sabemos que a nossa formação ética e moral não é nada fácil. Todos passamos por uma realidade moral exigente. Muitos ainda vivem na moral do “dever ser”, antes da moral do “seguimento de Cristo”. O relativismo e o subjetivismo moral condicionam tristemente a vida de muitas famílias que ainda não tiveram um encontro com Ele. Muitos, ainda, devido a situações de abandono, desilusão e mesmo carência afetiva vivem o drama da distorção das figuras de

que a família precisa para se organizar e estabelecer a mesma vida moral cristã no seu interior. O caminho é árduo e precisamente por esta razão a família como um todo precisa de exemplos sólidos e salutareos nos quais possa se espelhar para um futuro não distante.

Quando os valores e as virtudes são propostos precisamos reconhecer que há um grau necessário para que estes possam ser assimilados. É preciso fazê-lo pouco a pouco; avançar de maneira diferente segundo a idade e as possibilidades concretas das pessoas, sem pretender aplicar metodologias rígidas e imutáveis. A sábia expressão de “dar um passo de cada vez”. Não há meramente uma pura capacidade de escolher o bem com total espontaneidade e precisamente por isto nem sempre se faz uma distinção adequada entre ato voluntário e ato livre. Afirma assim a Exortação: “Uma pessoa pode querer algo de mal com uma grande força de vontade, mas por causa de uma paixão irresistível ou de uma educação deficiente” (AL, n. 273).

A escolha pelo bem exige objetividade, além da exigência de uma busca constante e incessante do bem em si mesmo. Ciente de que o ser humano “conhece, ama e cumpre o bem moral segundo diversas etapas de crescimento”, João Paulo II expressou já na *Familiaris Consortio* esta aplicabilidade da lei da gradualidade e não uma gradualidade da lei. Gradualidade no exercício prudencial dos atos livres em sujeitos que não estão em condições de compreender, apreciar ou praticar plenamente as exigências objetivas da lei (cf. AL, n. 295).

O Sínodo referiu-se a diferentes situações de fragilidade ou imperfeição, A este respeito, quero lembrar aqui uma coisa que pretendi propor, com clareza a toda a Igreja para não nos equivocarmos no caminho: Duas lógicas percorrem toda a história da Igreja: marginalizar e integrar (PAPA FRANCISCO, 2015).

Precisamente devido à exigente leitura desta situação, é urgente considerar a paciência como muito mais do que uma prática da virtude. Pacientes na leitura, pacientes na exposição do método, pacientes na compreensão da situação da forma como ela se apresenta. Aqui surge um dos pontos de maior exigência na vida moral de todos os cristãos: o discernimento. Para poder chegar a discernir se faz necessária a prática da escuta. A exortação pede para que os sacerdotes sejam os primeiros a ouvir, acompanhando as pessoas, e, por parte dos casais, o discernimento, tanto daqueles que se encontram num matrimônio estável como aqueles que romperam sua relação e hoje vivem a dor do divórcio. O discernimento leva ao diálogo, mas sobretudo e de modo

essencial, forma e instrui a consciência moral, já que este discernimento não poderá jamais prescindir da verdade e da caridade (AL, n. 300).

4 A nova pastoral familiar: gradualidade pastoral

Uma das propostas inovadoras da *Amoris Laetitia* é precisamente a reformulação da pastoral familiar. Já desde a *Familiaris Consortio*, na quarta parte deste documento, a Igreja tinha citado com veemente e acertada precisão quando fez referência aos tempos da Pastoral familiar, a necessidade da evangelização da família. Uma ação pastoral por todas as famílias indistintamente e por todos os seus momentos: desde o início quando os noivos decidem começar a preparar a celebração do seu casamento como também aqueles tempos difíceis das crises e das dificuldades (FC, nn. 65 - 86).

Na exortação apostólica *Amoris Laetitia* percebemos a estreita relação com a encíclica *Familiaris Consortio* quando a primeira pede para evitar qualquer interpretação tendenciosa. Alguns podem pensar que a Igreja deixou de lado o ideal ou renunciou ao matrimônio como projeto de Deus na vida do homem e da mulher. Em nenhum momento a Igreja renunciaria a este antigo sacramento instituído.

É preciso encorajar os jovens batizados para não hesitarem perante a riqueza que o sacramento do matrimônio oferece aos seus projetos de amor, com a força do apoio que recebem da graça de Cristo e da possibilidade de participar plenamente da vida da Igreja (AL, n. 307).

Como foi dito anteriormente, o relativismo que paira no ar da nossa sociedade contemporânea leva muitos jovens a perderem a esperança pela vida conjugal. Para muitos, o “desejo” de estabelecer um relacionamento por meio do matrimônio perdeu a sua força e não faz mais parte do seu projeto de vida.

Durante o encontro do Papa Bento XVI com as famílias em Milão, Itália, no verão de 2012, foi editado um excelente texto sobre o tempo da família e do amor. Do texto, que é uma rica compilação de reflexões e análises, fizeram parte os últimos arcebispos de Milão: Carlo Maria Martini, Dionigi Tettamanzi e Angelo Scola. Neste compêndio, o cardeal Martini faz um aceno valioso sobre a necessidade de uma mudança na Pastoral familiar à luz das motivações dos jovens que se preparam para viver o sacramento do matrimônio. A ênfase jurídica e econômica tem na realidade velado ao longo dos últimos séculos a imagem

da família como comunidade de amor, mistério de amor de Cristo e da Igreja. Quando se faz tanta ênfase na dimensão jurídica e econômica se apresenta uma imagem externa da vida conjugal que não condiz com a proposta cristã.

Da mesma forma que Martini o afirmou, também o fizeram Tettamanzi e Scola. Os três últimos arcebispos de Milão, que por sinal trabalharam como professores e consultores em faculdades e em conselhos pontifícios. Os três coincidem, e assim o afirma o Papa Francisco na sua leitura sobre a família na atualidade, que o maior dos perigos que se enfrenta no âmbito pastoral familiar é a passividade em certo sentido induzida pelo conformismo de pensar que a pastoral familiar deve depender de certos movimentos ou de certas atitudes que levam a argumentos banais e não conduzem a uma reflexão urgente sobre os primeiros dias da vida conjugal e também dos últimos.

Uma reforma é necessária e precisamente por isso a exortação *Amoris Laetitia* é um texto que pode servir a cada Igreja particular de acordo com suas situações emergentes, assim como também urgentes.

Conclusão

A Lei da Gradualidade é e será um caminho para descobrir que o Bem maior deverá ser sempre procurado. A vivência da virtude não é uma mera proposta idealista. Muito pelo contrário, a determinação de viver na virtude conduz cada pessoa, e, de modo especial aqueles que vivem o estado do matrimônio, a uma busca constante da santidade no amor.

Não podemos dizer que para um determinado grupo de pessoas é mais fácil do que para outras. Precisamos ter presente a adequada metodologia que tanto João Paulo II como Francisco oferecem a todos os fiéis.

O Papa João Paulo II costumava recomendar aos pastores da Igreja para não abaixar a montanha, mas ajudar os crentes a subi-la com o seu ritmo. Por sua vez, os fiéis não devem renunciar a subir até ao cume; devem sinceramente buscar o bem e a vontade de Deus. Somente dentro desta atitude fundamental se pode desenvolver um caminho positivo de conversão e de crescimento, embora os passos individuais sejam curtos e às vezes até desviados. “É pedida uma conversão contínua, permanente, que, embora exigindo o afastamento interior de todo o mal e a adesão ao bem na sua plenitude, atua concretamente em passos que conduzem sempre para além dela” (FC, n. 9).

O Papa Francisco tendo como base a proposta do seu predecessor o exemplifica da seguinte maneira:

Sem diminuir o valor do ideal evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se vão construindo dia após dia. Aos sacerdotes, lembro que o confessionário não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor que nos incentiva a praticar o bem possível. Um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades (EG, n. 44).

Devemos descobrir a riqueza dessa exortação aos poucos, sem exaurir de forma imediata as conclusões que, como já foi dito, possam conduzir a equívocos ou a confrontos desnecessários. A proposta hermenêutica continua em pé. Temos certeza de que ela contribuirá cada vez mais para uma acurada resposta e tomada de futuras decisões que iluminem o coração e o agir de cada família.

Referências

ANTONELLI, Cardeal Ennio. *Lei da gradualidade, não gradualidade da lei*. 2015. Disponível em: [HTTP://WWW.CLITURGICA.ORG/PORTAL/ARTIGO.PHP?ID=2219#TOPO](http://WWW.CLITURGICA.ORG/PORTAL/ARTIGO.PHP?ID=2219#TOPO). Acesso em: 09 mai. 2018.

BENEDETTI, M. *Te quiero*. Poemas. Disponível em: <https://www.poemas-del-alma.com/te-quiero.htm> Acesso em: 05 mai. 2018.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 20 out. 2017.

CONCILIO VATICANO II. Constituição *Gaudium et Spes*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 14 nov. 2017.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. *Documento de Aparecida*, 13 a 31 de maio de 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

PAPA FRANCISCO, Exortação Apóstolica *Evangelii Gaudium*, 24/11/2013. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Exortação Apóstolica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*, 19/03/2016. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. *Homilia conclusão do Sínodo*, 25/10/2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20151025_omelia-chiusura-sinodo-vescovi.html. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. *Jubileu do ano da Misericórdia*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151024_sinodo-conclusion-lavori.html. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. *Homilia na Eucaristia celebrada com os novos cardeais*, 15/02/2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20150215_omelia-nuovi-cardinali.html. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Bula *Misericordiae Vultus*, 11/04/2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html. Acesso em: 27 abr. 2018.

PAPA JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Veritatis Splendor*, 06/08/1993. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_06081993_veritatis-splendor.html. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, 22/11/1981. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html. Acesso em: 17 abr. 2018.

PAPA Paulo VI. Carta Encíclica *Humanae Vitae*, 25/07/1968. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 21 abr. 2018.

PAPA PIO XII. *Os problemas do mundo moderno*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

PINCKAERS, S. *A moral Católica*. São Paulo: Quadrante, 2015.

_____. *Las fuentes de la moral Cristiana*. Navarra: EUNSA, 2013.

Artigo recebido em 17/08/2018 e aprovado para publicação em 06/09/2018

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v18i35-2019-3>

Como citar:

DURÁN, José Rafael Solano. A alegria do amor no esplendor da verdade: gradualidade pastoral e não gradualidade na Lei. *Coletânea*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, jan./jun. 2019, p. 63-80. Disponível em www.revistacoletanea.com.br.